

## Estudo sobre os gastos municipais com desenvolvimento urbano nas regiões norte, nordeste e centro-oeste (Continuação)

Murilo F. Viana (IC)

### Resumo

O problema da não provisão adequada de acesso à habitação, saneamento, urbanismo e sustentabilidade ambiental vai muito além de uma questão de subfinanciamento. É resultante sobretudo da negligência histórica por parte do Estado brasileiro na prioridade de supressão de tais problemas, do elitismo político-econômico e das formas legais e ilegais de apropriação do público pelo privado. Esta iniciação científica busca tratar destes condicionantes históricos e de indicadores de gastos urbanos.

*Palavras Chave: Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Economia Regional*

### Introdução

O objetivo geral desta iniciação científica foi construir indicadores de finanças municipais para os municípios da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por tamanho populacional e segundo capitais e regiões metropolitanas. Houve especial ênfase nos gastos com desenvolvimento urbano – dispêndios com saneamento, gestão ambiental, transporte e habitação -, de forma a verificar se tais gastos acompanharam o crescimento populacional da região, especialmente daquelas cidades com alto crescimento que tem sido impulsionado pela expansão do agronegócio de exportação.

Como o estudo perpassa o entendimento sobre o gasto público, com foco no dispêndio municipal, foi observada a necessidade de se estudar de forma mais geral como ocorreu a transformação do federalismo fiscal e a repartição da capacidade tributária e de gasto ao longo das últimas décadas e, de que forma isso afeta os gastos com urbanismo sustentável nos dias atuais.

### Resultados e Discussão

Como resultado da parte teórica, pudemos constatar como o sistema tributário e o pacto federativo sofreram severas transformações ao longo das últimas décadas. Os problemas urbanos referentes ao fornecimento das quatro variáveis focos do indicador possuem vários determinantes centrais e, nos quais o subfinanciamento é apenas um deles. A despeito de nossa pesquisa centrar na questão do financiamento, foram feitos também vários apontamentos sobre a origem dos demais determinantes centrais do caos urbano-social que marcam as cidades brasileiras. As três macroregiões são hoje as de maior dinamismo econômico e crescimento populacional. Tais fenômenos impactam diretamente no desenvolvimento urbano e nas disputas pelo espaço urbano.

### Conclusões

O caminho para a supressão desses desafios urbanos perpassa uma mudança radical na finalidade da ação do Estado sobre o urbano. Do ponto de vista institucional o Brasil possui instrumentos legais avançados de amplo reconhecimento internacional, tais como o Estatuto da Cidade (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), entre outros. As grandes dificuldades se encontram na capacidade de rompimento com os interesses privados amplamente constituídos e que ganham com a produção e reprodução urbana tal como está (Martins, 2006).

Ademais, apesar de a Constituição delegar enorme espaço de autonomia e de competências aos municípios, a superação dos principais desafios urbanos se torna inviável se deixado em grande parte para solução interna aos próprios municípios. Deve haver necessariamente programas intergovernamentais que articulem todos os entes federativos, instituindo planejamento de longo prazo e gasto fiscal realizado tanto por União, Estados e municípios dentro de um plano consistente que não sofra alterações profundas toda vez que se altere um ou outro governante (Heller, 2013).

### Agradecimentos

Ao professor Dr. Fernando Macedo e ao CNPQ pelo apoio necessário para realização desta pesquisa.

1. LOPRETO, F.L.C. “Caminhos da política fiscal do Brasil”. Campinas, 2011. (Tese de Livre Docência).
2. MACEDO, F. C. “Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)”. Campinas: IE-UNICAMP, 2010. (Tese de Livre Docência)